

# Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica.

Mestrando: Reginaldo Ramos de Britto.

Orientador: Prof.Dr. Marco Aurélio Kistemann Jr.

**GD7** – Formação de Professores que Ensinam Matemática

## Resumo

Este artigo é resultado de trabalho de pesquisa documental sobre a proposição de planos e estratégias nacionais de Educação Financeira, no Brasil e em países como Portugal e Espanha. Trata-se de pesquisa de mestrado em Educação Matemática, na modalidade profissional que pretende constituir como produto educacional um documento, para orientações a professores e, sobretudo, educadores matemáticos. A hipótese é de que há um Processo de Legitimação da Educação Financeira que a despeito do discurso, promove, fundamentalmente, a constituição de indivíduos-consumidores de produtos financeiros. Há a possibilidade de que sua proposta de inserção nos currículos escolares seja um processo paralelo de *empowerment* a Educação Financeira pela Matemática, justificado pela característica dessa última de ser uma “língua de poder” e possuir “poder formatador”.

**Palavras chave:** Educação Financeira, comodificação, financeirização do capital.

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação Financeira tem se tornado, nos últimos anos, tema de interesse crescente. Capitaneadas pela OCDE<sup>1</sup>, propostas de Estratégias nacionais sobre o tema, estão sendo desenvolvidas em vários países pelo mundo a fora. O discurso dominante é de que na atualidade os indivíduos precisam dominar certas habilidades que lhes permitam tomar decisões financeiras acertadas, controlando suas finanças pessoais e alcançando assim seu *bem estar*.

Entretanto, a despeito dos discursos que compõem estas propostas, acreditamos que existam interesses, não declarados. Ao que nos é relevante, o principal deles será a **constituição de indivíduos-consumidores de produtos financeiros**, o que põe tais iniciativas a serviço do capital financeiro e dirigidas aos mercados - uma orientação

---

<sup>1</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) fundada em 1960 então como OCEE (Organização para Cooperação Econômica Europeia).

neoliberal. O presente artigo tem assim a intenção de lançar olhar crítico sobre esse tema, identificando essa orientação ideológica nos documentos de Estratégias Nacionais de Educação Financeira (ENEF).

Este artigo trata de uma pesquisa documental dentro do Programa de Mestrado Profissional<sup>2</sup> em Educação Matemática na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em que os principais documentos analisados foram: *Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil* (ENEF), *Plano Nacional de Formação Financeira de Portugal* (PNFF) e *Plan Nacional de Educación Financiera da España*.(PNEF).

Além dos documentos das Estratégias já indicadas, fomos levados a outros documentos<sup>3</sup> dentre os quais destacamos aqueles que têm sua origem nas formulações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), sobre o tema da Educação Financeira. Esta instituição representa, no contexto da pesquisa, o grande fomentador da Educação Financeira pelo mundo.

A partir desse olhar , pudemos então indicar a principal consideração , resultado desta pesquisa documental: *Está em curso um **Processo de Legitimação da Educação Financeira** (PLEF) que pode ser definido como um conjunto de asserções , não des-intencionadas , que pretendem elevar a Educação Financeira , tal como se apresenta, ao status de bem/ valor a ser consumido pelos indivíduos na modernidade líquida.*

O principal efeito deste processo, como dissemos, será a constituição de indivíduos-consumidores de produtos financeiros.

## 2. AS REFERÊNCIAS TEÓRICAS: CONSTRUINDO NOSSOS PRESSUPOSTOS.

O olhar que nos possibilitou sustentar as posições construídas a partir desta pesquisa sobre a Educação Financeira, se compõe basicamente de algumas contribuições da Análise de Discurso Crítica<sup>4</sup> de Fairclough (2001) e dos conceitos de *táticas e estratégias* em Certeau (2008).

---

<sup>2</sup> A modalidade de Mestrado Profissional foi criada pela **CAPES** em 16 de dezembro de 1998, pela Portaria Nº 080. Possui como uma de suas características que o mestrando produza como trabalho de conclusão uma “proposta de ação profissional que possa ter, de modo mais ou menos imediato, impacto no sistema em que o mestrando atua”. A esta proposta damos o nome de *produto educacional*.

<sup>3</sup> Integram o conjunto de documentos analisados, dentre outros: “Parecer do **Comité Económico e Social Europeu** sobre Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros (parecer de iniciativa)”, que nos fornece a visão da União Europeia sobre o tema.

A participação da OCDE sobre o tema da Educação Financeira foi apurada na pesquisa por intermédio dos próprios documentos das Estratégias nacionais do Brasil, Espanha e Portugal.

<sup>4</sup> Referencial Teórico Metodológico da área de Linguística que tem como expoente Norman Fairclough.

Certeau é autor referência para pesquisadores da História da Educação Matemática de modo que dispensa uma melhor apresentação ao leitor. No entanto Fairclough representa suporte teórico próprio da área de Linguística, que tem sido utilizado por pesquisadores de outras áreas.

Segundo Fairclough (2001,p.31-32)

A análise de discurso é agora uma área de estudo muito diversificada, com uma variedade de abordagens [...] As abordagens críticas diferem das não críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais normalmente aparente para os participantes do discurso.

Decorre de Fairclough (2001) que “os discursos interpelam os sujeitos sociais” e contribuem para constituição de “*sistemas de conhecimento e crença*”.

Para Fairclough (2001), “o discurso é uma prática social não só de representação, mas de *significação do mundo*”. E aponta assim para três aspectos decorrentes dos efeitos constitutivos do discurso que contribuem para construir: posições de sujeitos, sistemas de conhecimento e crença e as relações sociais entre as pessoas.

As formulações de Certeau (2008) por sua vez, sobre *táticas* e *estratégias*, tiveram contribuição para a caracterização do PLEF nos permitindo inscrever as propostas de Educação Financeira como *estratégias*. Segundo Josgrilberg (2005, p.110), as *estratégias* no sentido posto por Certeau são “*operações ligadas diretamente a um poder e que tem por objetivo a organização do espaço social*”.

Para este autor, tanto *táticas* quanto *estratégias* são “*expressões não são termos opostos, mas dois aspectos de um único tema extremamente complexo: a organização dinâmica de uma sociedade.*”. (Idem, p.50)

As *estratégias* são descritas como uma série de procedimentos ligados a posições de poder e às *táticas*, como arranjos diversos que fogem as orientações prévias e estrategicamente estabelecidas. Afirma que,

as “*táticas*” organizam um novo “*espaço*”, o qual é um “*lugar praticado*”; elas implicam em um movimento que foge às operações de poder que tentam controlar o espaço social ou, conforme a metáfora, uma dada língua. De acordo com o autor, as operações *táticas* são também correlatas aos processos enunciativos. (JOSGRILBERG, 2011, p.23).

Se junta a essas referências Bauman (2008, 2011), sobretudo com seu olhar sobre o consumo e fundamentalmente pelo fenômeno da **comodificação** (transformação em mercadoria) característica marcante da sociedade de consumidores líquido-moderna em nos encontramos inseridos. Devemos apenas considerar que Fairclough (2001) também contribuirá, neste aspecto, descrevendo-a como um modo de pensar as instituições hoje em termos de produção circulação e consumo de mercadorias.

Por fim a orientação metodológica de pesquisa em documentos encontra abrigo em algumas posições indicadas por Cellard (2005). Para este autor,

o contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é o primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito. Indispensável quando se trata de um passado distante, esse exercício o é de igual modo, quando a análise se refere a um passado recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância pode complicar a tarefa do pesquisador.”(CELLARD, p.299).

Assim nossa tarefa no decorrer da pesquisa passou a ser pinçarmos do cenário de constituição da Educação Financeira, aquelas características que julgávamos serem estruturantes deste contexto. Chegamos assim ao que se convencionou chamar-se de *financeirização do capital*.

Para esta tarefa encontramos abrigo no trabalho dissertativo de Lapyda (2011) que, com tema: “**A “financeirização” no capitalismo contemporâneo: Uma discussão sobre as teorias de François Chesnais e David Harvey**” lança esforços para compreender as principais características deste fenômeno.

Segundo Lapyda (2011) uma “série de transformações” ocorreram a partir de 1970 decretando o “*declínio do regime de acumulação fordista*”<sup>5</sup>, e o surgimento de uma nova

---

<sup>5</sup> No último quartel do século XX, o capitalismo passou por uma série de mudanças, decorrentes da crise do keynesianismo–fordismo na década de 1970. Este modelo baseava-se na sistematização do trabalho por meio da sua organização científica. O operário passa a não ter posse do “saber-fazer” de todo o processo produtivo, na medida em que, com a mecanização, o operário torna-se um operador “monofuncional”, ou seja, especializado apenas na etapa do processo que lhe foi determinada. Com isto, ganhos intensivos de produtividade foram conseguidos. O aumento da produtividade foi acompanhado pela padronização do consumo. A regulação do trabalho estabelecida pelo *Welfare State* propiciou ao trabalhador maiores ganhos salariais, fomentando o consumo desta classe. O taylorismo/fordismo era baseado no consumo em massa atrelado ao aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores. Em: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DECORRENTES DA PASSAGEM DO REGIME FORDISTA PARA OS REGIMES FLEXÍVEIS DE ACUMULAÇÃO. Dias e Neto (2004), Revista VÉRTICES, v. 6, n. 2, maio/ago. 2004.

fase de capitalismo. Sua **principal característica** seria o **movimento de financeirização**, pois diz respeito a mudanças ocorridas na área financeira e seus traços mais marcantes são,

aumento exponencial das transações tanto em termos absolutos, como em relação às atividades produtivas; a liberação e desregulamentação de mercados e das atividades financeiras em todo mundo; o surgimento de novos agentes e instituições ligadas às finanças.(LAPYDA, 2011, p.7).

Até meados da década de 1970 segundo Lapyda (2011), havia um relativo controle em relação à movimentação do capital. A partir deste período, representado simbolicamente pelas figuras de Thatcher e Reagan, **uma retomada da orientação neoliberal começa a sinalizar para mudanças neste comportamento do capital.**

Lapyda (2011) apresenta ainda um estudo de Leda Paulani que indica que,

para um estoque de ativos financeiros em torno de US\$ 12 trilhões de dólares e um PNB mundial de US\$ 11,8 trilhões de dólares ,(relação de 1,02) em 1980 , chega-se em 200\_ a um estoque de ativos financeiros de US\$ de 1\_7 trilhões e um PNB US\$ 48,8 trilhões (relação de 3,42).Ou seja em 2\_ anos , o PIB mundial cresceu 314% (4,1 vezes o que era) enquanto a riqueza financeira mundial cresceu 1292% (13,9 vezes o que era).

Por fim recorreremos uma última vez a Lapyda para consideramos que a *“face mais visível da financeirização”* seria *“a forte expansão das atividades, produtos e mercados financeiros, abrindo possibilidade cada vez mais diversificada para as aplicações financeiras.”* (LAPYDA, 2011, p.127). Ou seja, a necessidade de que os indivíduos devam se educar financeiramente não se justifica apenas pelos contextos descritos nas Estratégias de Educação Financeira, em que pesem a complexidade e diversidade dos produtos financeiros atualmente.

Como a oferta de produtos financeiros, se realiza também pela locomoção do capital da produção para os mercados financeiros, a Educação Financeira podemos dizer decorre de uma mudança no modo de acumulação capitalista.

Um detalhe está em que essa expansão não se realiza apenas pelas *“atividades, produtos e mercados financeiros”*, mas fundamentalmente, pela distensão inclusive do conceito de mercadoria.

O alargamento da condição de mercadoria foi percebido também por Fairclough (2001) quando observa que, cada vez mais,

setores da economia fora da produção de bens de consumo estão, de modo crescente, sendo arrastados para o modelo dos bens de consumo e para a matriz de consumismo, e estão sob pressão para ‘empacotar’ suas atividades como bens de consumo, seus serviços precisam se curvar ao poder dos ‘consumidores’.isso cria uma dificuldade particular para os bancos: para competir com os bens de consumo, seus serviços precisam se curvar ao poder dos consumidores e se tornar atrativos , simples e sem quaisquer restrições. (FAIRCLOUGH, 2001, p.151).

Resta agora indicar essa presença ideológica em favor do capital nos documentos das estratégias, tarefa que caberá às *asserções*.

### **3. O PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA:** As asserções nos extratos de documentos.

Uma vez realizada a análise dos documentos considerados nesta pesquisa foi necessário constituir uma forma de evidenciar a presença ideológica em favor do capital, nos discursos.

O pressuposto básico que assumimos é de que as Estratégias de Educação Financeira se constituem de discursos ideológicos (asserções como as caracterizamos) em favor do capital financeiro.

No contexto da pesquisa documental sobre o que estamos chamando de Processo de Legitimação da Educação Financeira (PLEF) criamos as figuras das asserções então, como forma de evidenciar/elucidar a presença ideológica (neoliberal) nos discursos (documentos) sobre Educação Financeira.

A tese principal é que esses documentos se orientam para a constituição de indivíduos-consumidores de produtos financeiros e desse modo, para a elevação da Educação Financeira como um bem/valor também a ser consumido. Como são também identificadas como discursos, manifestam os três efeitos constitutivos, ressaltados por Fairclough (2001).

A esse respeito, pela caracterização das asserções, identificamos os dois primeiros efeitos: Elas contribuem para constituição das identidades sociais e, no Processo de legitimação da Educação Financeira, identificamos esse efeito na constituição do que chamamos consumidor financeiro e que em Kistemann Jr.(2011) é chamado *indivíduo-consumidor*. Além disso, contribuem para constituição do sistema de conhecimento e crença de onde decorrem e para onde se orientam: o neoliberalismo.

O que se convencionou chamar-se de neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo (THERBORN, 1995, p.39). Sobre esse aspecto, aliás, Apple (2003) demonstra bem, que nossa caracterização do cenário sócio-histórico de produção da Educação Financeira, entendendo-o como que submetido ao fenômeno do neoliberalismo, é pertinente ao afirmar que “se tivéssemos de apontar um único paradigma político/econômico da época em que vivemos, seria o neoliberalismo.” Apple (2003, p.21). Afirma ainda que,

As iniciativas neoliberais são caracterizadas como políticas de livre mercado que encorajam a empresa privada e a opção consumidor recompensa a responsabilidade individual e a iniciativa pessoal [...]. (McChesney apud Apple 2003, p.21).

Suas principais características são: a primazia da liberdade individual e a orientação aos mercados.

E para que o leitor possa melhor se localizar, os efeitos desse fenômeno se fizeram sentir mais intensamente, aqui no Brasil, durante o governo FHC<sup>6</sup>, mas não apenas naquele contexto. Materializou-se através dos processos de privatizações e desregulamentação dos mercados, cumprindo em parte a principal tarefa do Estado capitalista anunciada por Habermas (apud BAUMAN, 2008): a comodificação do capital e do trabalho.

A escolha da palavra asserção para identificar a presença ideológica nos discursos sobre educação financeira se refere a seu significado nos dicionários. De asserção<sup>7</sup> se diz de “Afirmção, alegação” e afirmar, por sua vez, é “Declarar com firmeza, asseverar, assegurar, dar por certo.” Uma asserção, assim, carrega o valor de verdade. Uma afirmação, no entanto, põe em questão a necessidade de refletir sobre sua adequação, sobre sua natureza. O que por sua vez nos remete a pensar que quando fazemos uma afirmação, provavelmente acreditamos ter legitimidade para tal comportamento. Chegamos assim a que “afirmação” se relaciona com “legitimidade”. Legitimidade por sua vez é indissociável do contexto de sua produção. O que é legítimo em um dado contexto (digno de ser) pode não ser em outro.

As asserções que chamamos de “*legais*” agem pela constituição de um marco legal nos países em que as estratégias de Educação Financeira se desenvolvem. São promovidas

---

<sup>6</sup> Governo do PSDB ( Partido da Social Democracia Brasileira) que conduziu ao poder o presidente Fernando Henrique Cardoso(1994-2002).

<sup>7</sup> Consultado em <http://www.dicio.com.br>.

pelos Estados em parceria com instituições reguladoras do sistema financeiro. Em geral, no conjunto de documentos, essas instituições foram: os Bancos centrais e as Comissões de Valores Mobiliários dos países cujas Estratégias foram pesquisadas, nomeadamente o Brasil, Espanha e Portugal.

As *asserções financeiras* têm o objetivo de evidenciar/elucidar discursos que pretendem, propriamente, constituir consumidores de produtos financeiros; as *asserções neoliberais* têm o efeito de constituir o sistema de conhecimento e crença que as produzem, identificado como o neoliberalismo e, em certa medida, o próprio capitalismo em sua forma financeirizada.

As *asserções legais* se relacionam também à desobstrução necessária que o Estado precisa promover para criar um ambiente em que o capital financeiro possa seguir seu fluxo. Por esta mesma razão, para dar vazão a este movimento, os produtos financeiros precisam ser de fácil entendimento aos potenciais consumidores.

As *asserções capital/trabalho* referem-se ao Estado no desempenho de sua função, identificada por Habermas, de comodificação do capital e do trabalho.

O melhor exemplo que podemos trazer de sua manifestação se refere ao próprio fenômeno do neoliberalismo. As reformas neoliberais com seu processo de desregulamentação e privatização representaram o desmonte das estruturas de proteção de direitos dos trabalhadores no intuito de torná-los (mercadoria) mais atraente ao capital. Além disso, iniciativas de desoneração da folha de pagamentos e folha fiscal, são instrumentos bem utilizados por governos para atrair o capital, gerando empregos a custos mais baixos ao empregador. São exemplos do Estado no exercício de sua função de *comodificação*.

As *asserções neoliberais* são desse modo, aquelas que contribuem para constituição do sistema de conhecimento e crença - neoliberalismo/capitalismo financeirizado - ao qual se vincula dialeticamente, produzindo-o e reproduzindo nas práticas sociais, seus efeitos. Indicamos como neoliberais aquelas que reproduzem duas características: primazia da liberdade individual (para o Mercado) e crença no alcance do bem estar coletivo pela observância do bem estar individual.

Tal como as *estratégias* em Certeau as *asserções legais* têm o escopo claro, no que diz respeito ao modo como os indivíduos devam educar-se financeiramente.

Nos documentos da Estratégia Nacionais de Educação Financeira (ENEF), a presença de asserções legais tem o propósito de constituir o marco legal para a introdução

da Educação Financeira, como prática escolar. Funcionam assim como *estratégias* que como tais pretendem “organizar o espaço social”. Construir um “lugar controlado”.

## CONSIDERAÇÕES DE PESQUISA

Por essas razões, a Educação Financeira, nos moldes em que está proposta, tem o efeito de tornar opaca a visão dos indivíduos sobre as relações de causa e efeito, que ligam os processos e práticas sociais aos quais estamos todos envolvidos, dentre eles a própria Educação Financeira, a fenômenos mais abrangentes. Faz crer aos indivíduos que apenas sua iniciativa individual pode alterar e é responsável, pelas condições materiais sociais e econômico-financeiras de sua existência. O que dificulta sua interferência neste processo e sua participação como sujeito.

A partir de extratos como estes fomos levantando elementos que nos permitiram caracterizar a Educação financeira como uma prática social e discursiva de constituição de consumidores de produtos financeiros, devidamente orientada aos sistemas e/ou instituições financeiras. Ela contribui para constituir a figura do indivíduo-consumidor financeiro, e reveste-se como orientação estratégica a serviço do capital financeiro.

Em nossa pesquisa documental crítica sobre a Educação Financeira o produto educacional terá o formato (inicial) de documento de orientação a professores, sobre a presença de elementos discursivos (ideológicos) que constituem o processo de Legitimação da Educação Financeira. De modo específico, servirá, principalmente, a professores de Matemática e a Educadores Matemáticos. A esse respeito podemos dizer de modo apenas indicativo que, como existe um imaginário de vinculação entre a Educação Financeira e a atividade do professor de Matemática, há a possibilidade de que a introdução desse tema, nos currículos escolares, esteja se servindo da Matemática como veículo de empoderação.

Postulamos então que este (PLEF) é um processo de *empowerment*<sup>8</sup> da Educação Financeira pela Matemática, justificado pela característica dessa última de ser uma “linguagem de poder” e possuir “poder formatador”<sup>9</sup>. Neste sentido pode estar em andamento uma *estratégia*, no sentido posto por Certeau, dado que nossa pesquisa documental identificou essa tendência (de introdução da educação financeira, como um tema próprio da disciplina de Matemática ) em alguns países.

---

<sup>8</sup> Tal como expusemos anteriormente trata-se de: “dar poder”, expressão utilizada por Skovsmose (2001) em Educação Matemática Crítica, a questão da democracia.

<sup>9</sup> Idem (2001, p.80).

Percebemos que a perspectiva de apresentá-la como *responsabilidade do professor de matemática*, não foi prática isolada. Identificamos **esta tendência** a partir de SAITO (2011), que a descreve como iniciativa: na Inglaterra, onde “a Educação em Finanças Pessoais não possui status de disciplina regular, mas tem os seus conceitos transmitidos em cursos de Matemática”; na Nova Zelândia onde “a Educação em finanças pessoais não é obrigatória nos currículos escolares, mas, em algumas unidades de ensino, é inserida como tema **de disciplinas como Matemática**, Estudos Sociais, Saúde e Bem-estar.” Feslier (apud SAITO, 2011).

A Educação financeira é uma prática social que intenciona posicionar os sujeitos enquanto indivíduos-consumidores de produtos financeiros, o que decorre de sua caracterização como discurso, tal como em Fairclough (2001). A análise dos documentos das estratégias nos permitiu considerar que, tal como se apresenta discursivamente nos documentos das Estratégias, tem os seguintes efeitos e/ou propósito:

- (i) Representa uma prática social também discursiva, de significação das relações sociais em bases econômico-financeiras;
- (ii) Contribui para constituir indivíduos-consumidores de produtos financeiros;
- (iii) São estratégias no sentido posto por Certeau (2008) dado que pretendem “organizar um espaço social”, um lugar controlado;
- (iv) Contribui para constituir o *sistema de conhecimento e crença* ao qual se vincula: o neoliberalismo;
- (v) Promoverá a *comodificação* de indivíduos-consumidores.

Terminemos por dizer sobre este último efeito que uma vez educados financeiramente, os indivíduos potencializam sua capacidade de consumo de produtos financeiros tornando-se também mercadorias atraentes às instituições bancárias. Serão mercadorias consumidoras de mercadorias.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. –**EDUCAÇÃO E PODER**. TRAD. Maria Cristina Monteiro. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BAUMAN, Zigmunt - **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**/ Zygmunt Bauman e Tim May; tradução Eliana Aguiar.- rio de Janeiro :Jorge Zahar Ed., 2010.

BRASIL, **Plano diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira- ENEF**. (2011).

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**.Rio de Janeiro:Ed. Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Editora Vozes/2008

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. posfácio de José Paulo Neto. – 2.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010. 288p.

DOMINGO, Reinaldo -**Terapia Financeira: A Educação Financeira como método para realizar seus sonhos**/Reinaldo Domingo- São Paulo: Editora Gente,2008

ESPAÑA - **Plan de Educación Financeira 2008- 2012**. Comisión Nacional Del Mercado de Valores, Banco de España –Eurosistema. Documento conjunto. Mayo de 2008.

ESTRELA. E; TEODOR. A. **As Políticas Curriculares em Portugal (1995-2007)**. As Agendas Globais e Reconfigurações Regionais e Nacionais. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.1, n.1, pp.130-165, Março-Setembro/2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**; Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001,2008( reimpressão)

GENTILI, SADER (et. All) - **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático/ organizadores Emir Sader, Pablo Gentili. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Vários autores;

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e Invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio. Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores / Marco Aurélio Kistemann Junior. – Rio Claro: [s.n.], 2011.

LAPYDA, Ilan. A “**financeirização**” do capitalismo contemporâneo: Uma discussão sobre as teorias de François Chesnais e David Harvey. São Paulo, 2011

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz. -2.ed.- São Paulo: Cortez, 2007-( Biblioteca básica do serviço social ).

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. André Taue Saito. - - São Paulo, 2007.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Crítica**, Incerteza matemática responsabilidade. Editora Cortez 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia** /Ole Skovsmose.- Campinas SP:Papirus,2001(Coleção Perspectivas em Educação Matemática).